DIREITO ELEITORAL
INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direito Eleitoral oferece uma oportunidade de atualização e especialização no campo do Direito Eleitoral, através de um instrumental teórico, necessário para a formação desses profissionais, especializando-os com excelência, assim como, oferecer conhecimento em diversas áreas complementares e necessárias para o bom resultado, nas organizações. Além de contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada. O curso busca ampliar a reflexão de conceitos e práticas fundamentais para a área, o que inclui o enfrentamento dos desafios presentes no cotidiano das organizações.

OBJETIVO

Buscar a criação e a difusão do conhecimento através do entendimento do homem e do meio, promovendo a capacitação de bacharéis e profissionais em áreas que se relacionem diretamente ao exercício de funções ou atividades ligadas ao Direito Eleitoral, com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral, considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Eleitoral.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	**Introdução à Ciência do Direito**	**60**

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e

Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

76	**Metodologia do Ensino Superior**	**60**

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

507	**Tópicos Especiais da Ciência do Direito**	**45**

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor; Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho-Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

524	**Tópicos Especiais do Direito Eleitoral**	**60**

APRESENTAÇÃO

Introdução Dos Estudos Acerca Dos Tópicos Especiais Em Direito Eleitoral; O Negócio Da Justiça Eleitoral: Processo Eleitoral; O Conceito De Negócio Pela Ótica Do Planejamento Estratégico; Vários Negócios Para Uma Justiça Eleitoral; O Negócio Da Justiça Eleitoral: Processo Eleitoral; Os Abusos Do Poder No Processo Eleitoral; Princípios Regentes Do Processo Eleitoral; Invalidade Do Processo E Os Ilícitos; Analisando As Ações Eleitorais; Ação De Impugnação Ao Registro Do Candidato ? AIRC; Ação De Investigação Judicial Eleitoral ? AIJE; Recurso Contra Expedição Do Diploma ? RCED; Ação De Impugnação De Mandato Eletivo ? AIME; Captação Ilícita De Sufrágio; Ação Rescisória Eleitoral; Ações Penais; A Evolução Do Sufrágio: Dos Primórdios Ao Voto Eletrônico; A Biometria; Sistema De Autenticação Por Biometria; A Infidelidade Partidária E A Jurisprudência; A Participação Feminina Na Política; A Ação Impugnatória De Mandato Eletivo E O Segredo De Justiça; Ação Impugnatória De Mandato Eletivo; Princípio Da Publicidade Absoluta Dos Julgamentos; Segredo De Justiça Ou Publicidade Restrita; Garantia Constitucional; Sistema Eleitoral; Orientação Vigente No TSE; Regra De Pas De Nullité Sans Griet; Princípios De Aplicação Imperativa.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em Tópicos Especiais em Direito Eleitoral com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral, considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Penal Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Penal Eleitoral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Buscar o aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil de operadores do Direito Eleitoral, diferenciado, atualizado e especializado; • Contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Os Tópicos Especiais Em Direito Eleitoral; O Negócio Da Justiça Eleitoral: Processo Eleitoral; O Conceito De Negócio Pela Ótica Do Planejamento Estratégico; Vários Negócios Para Uma Justiça Eleitoral; O Negócio Da Justiça Eleitoral: Processo Eleitoral; Os Abusos Do Poder No Processo Eleitoral; Princípios Regentes Do Processo Eleitoral; Invalidade Do Processo E Os Ilícitos; Analisando As Ações Eleitorais; Ação De Impugnação Ao Registro Do Candidato – AIRC; Ação De Investigação Judicial Eleitoral – AIJE; Recurso Contra Expedição Do Diploma – RCED; Ação De Impugnação De Mandato Eletivo – AIME; Captação Ilícita De Sufrágio; Ação Rescisória Eleitoral; Ações Penais; A Evolução Do Sufrágio: Dos Primórdios Ao Voto Eletrônico; A Biometria; Sistema De Autenticação Por Biometria; A Infidelidade Partidária E A Jurisprudência; A Participação Feminina Na Política; A Ação Impugnatória De Mandato Eletivo E O Segredo De Justiça; Ação Impugnatória De Mandato Eletivo; Princípio Da Publicidade Absoluta Dos Julgamentos; Segredo De Justiça Ou Publicidade Restrita; Garantia Constitucional; Sistema Eleitoral; Orientação Vigente No TSE; Regra De Pas De Nullité Sans Griet; Princípios De Aplicação Imperativa.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Apresentação. Disponível em: . Acesso em: 11 dez. 2015. CÂNDIDO, Joel J. Direito eleitoral brasileiro. 14. ed. Bauru-SP: EDIPRO, 2010. _____. Direito penal eleitoral & Processo penal eleitoral. Bauru-SP: EDIPRO, 2006. CANEDO, José Alberto. História da Biometria (2012). Disponível em: . Acesso em: 5 fev. 2016. CHAMON, Omar. Direito Eleitoral. São Paulo: Editora Método, 2008. GARCIA, Emerson. Abuso de Poder nas Eleições – Meios de Coibição. 3 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. 3 ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2008. ZÍLIO, Rodrigo López. Direito eleitoral: noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade; ações eleitorais; processo eleitoral. 3 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, Marcelo. Mudança partidária. A evolução das migrações partidárias na Câmara dos Deputados: 1979/1999. 2000. Dissertação (Mestrado) - Universidade de São Paulo. São Paulo: 2000. AVELAR, Lúcia. Mulheres na elite

política brasileira. 2 ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001. BARROS, Francisco Dirceu. Direito processual eleitoral. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. BURNET, Steve; PAINE, Stephen. Criptografia e segurança: o guia oficial. Tradução de Edson Fumankiewiez. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002. COÊLHO, Marcus Vinicius Furtado. Direito eleitoral e Processo eleitoral – Direito penal eleitoral e Direito político. Rio de Janeiro: Renovar, 2008. COSTA MACHADO, Antônio Cláudio (Org.) e FERRAZ, Anna Cândida da Cunha (Coord.). Constituição Federal Interpretada. Barueri-SP: Manole, 2010. COSTA, Adriana Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. Rio de Janeiro: Del Rey, 2002. _____, Adriano Soares da. Instituições de Direito Eleitoral. 7. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. COSTA, Tito. Recurso em matéria eleitoral. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004. _____,Tito. Recursos em matéria eleitoral. 8. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004. MARQUES, Luíza Cristina Nascimento da Costa. O abuso do poder político como meio para captação de votos. Manaus: Universidade do Estado do Amazonas/ Escola Judiciária Eleitoral do Amazonas, 2008. MELO, Carlos Ranulfo. Retirando as cadeiras do lugar, migração partidária na Câmara dos Deputados (1985- 2002). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004. NIESS, Pedro Henrique Távora. Direitos políticos – elegibilidade, inelegibilidade e ações eleitorais. Bauro (SP): Edipro, 2000. VELLOSO, Carlos Mário da Silva; e AGRA, Walber de Moura. Elementos de Direito eleitoral. São Paulo: Saraiva, 2009. VIGLIAZZI, Douglas. Biometria: Medidas de segurança. Rio de Janeiro: Visual Book, 2 Ed. 2006. ZILIO, Rodrigo López. Direito eleitoral. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2008. ZULINI, Jaqueline. Migração partidária na Câmara dos Deputados (1946-1964). [S.l.], 2008.

PERIÓDICOS

VAZ, Gislene de Almeida. A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas. Brasília: CEFOR, Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2008. Disponível em: . Acesso em: 5 fev. 2016.

521	Estrutura e Procedimentos Administrativos - Tse	60

APRESENTAÇÃO

Introdução dos Estudos acerca da Estrutura e dos Procedimentos Administrativos do TSE; As Regras Deontológicas Morais; Deontologia ? a Ciência dos Deveres: Breves Reflexões; A Diceologia e a Deontologia; Deontologia Forense; Deontologia no Contexto do Direito Eleitoral; Deontologia Jurídica e Ética Profissional; Premissas da Deontologia: Moral e Ética; Moral; Ética; Deontologia Jurídica; Conceito; Advogado; Conceito; Origem; Do Exercício da Advocacia; Do Exercício da Advocacia e o Código de Ética e Disciplina; Do Exercício da Advocacia e o Estatuto da OAB; Das Proibições Ao Servidor; Dos Deveres do Servidor; Comunicar e Apurar Irregularidades; Representar contra Ilegalidade, Omissão e Abuso de Poder; Dos Atos Ilícitos e do Processo Administrativo; Ilícito Penal e Ilícito Administrativo; Sindicância; Processo Administrativo Disciplinar; Afastamento do Servidor; Instauração da Comissão; Fontes e Princípios Aplicáveis ao Processo Administrativo Disciplinar; Penalidades; Recursos e Revisão; Processo Sumaríssimo; Nulidade; Assédio Moral; Os Atos Oficiais Administrativos; As Normas Básicas de Redação; Os Tipos de Atos Oficiais Administrativos.

OBJETIVO GERAL

• Introdução dos Estudos acerca da Estrutura e dos Procedimentos Administrativos do TSE.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Saber as regras deontológicas morais; • Identificar o Exercício da Advocacia e o Estatuto da OAB; • Conhecer as fontes e princípios aplicáveis ao processo administrativo disciplinar.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO DOS ESTUDOS ACERCA DA ESTRUTURA E DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DO TSE AS REGRAS DEONTOLÓGICAS MORAIS DEONTOLOGIA – A CIÊNCIA DOS DEVERES: BREVES REFLEXÕES A DICEOLOGIA E A DEONTOLOGIA DEONTOLOGIA FORENSE DEONTOLOGIA NO CONTEXTO DO DIREITO ELEITORAL DEONTOLOGIA JURÍDICA E ÉTICA PROFISSIONAL INTRODUÇÃO CONCEITO PREMISSAS DA DEONTOLOGIA: MORAL E ÉTICA MORAL ÉTICA DEONTOLOGIA JURÍDICA CONCEITO ADVOGADO CONCEITO ORIGEM DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA E O CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA. DO EXERCÍCIO DA ADVOCACIA E O ESTATUTO DA OAB CONCLUSÃO DAS

PROIBIÇÕES AO SERVIDOR DOS DEVERES DO SERVIDOR COMUNICAR E APURAR IRREGULARIDADES REPRESENTAR CONTRA ILEGALIDADE, OMISSÃO E ABUSO DE PODER DOS ATOS ILÍCITOS E DO PROCESSO ADMINISTRATIVO ILÍCITO PENAL E ILÍCITO ADMINISTRATIVO SINDICÂNCIA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR AFASTAMENTO DO SERVIDOR INSTAURAÇÃO DA COMISSÃO FONTES E PRINCÍPIOS APLICÁVEIS AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR PENALIDADES RECURSOS E REVISÃO PROCESSO SUMARÍSSIMO NULIDADE ASSÉDIO MORAL OS ATOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS AS NORMAS BÁSICAS DE REDAÇÃO OS TIPOS DE ATOS OFICIAIS ADMINISTRATIVOS

REFERÊNCIA BÁSICA

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2005. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2005. NEY, João Luiz. Prontuário de redação oficial. 14 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. PASOLD, Cesar Luiz. O Advogado e a Advocacia - uma percepção pessoal. 2 ed. rev. e amp. Florianópolis: Terceiro Milênio, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ABNT. NBR 10250:2002 - Informação e documentação - Citações em documentos – Apresentação. ALVES, Léo da Silva. Processo disciplinar passo a passo. Brasília: Brasília Jurídica, 2004. BRASIL. Código de Processo Civil. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. BRASIL. Código Penal. 11 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

PERIÓDICOS

LORENZ, Heinz. Assédio Moral (2006) Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2016.

522	Introdução ao Direito Eleitoral, Organização, Sistemas e o Código Eleitoral no Brasil	45

APRESENTAÇÃO

Introdução aos Estudos acerca do Direito Eleitoral, sua Organização, Sistemas e o Código Eleitoral no Brasil; Direito Eleitoral: Conceito e Classificação; Finalidade e Objeto do Direito Eleitoral; Direito Eleitoral: Autonomia e Relações; As Fontes do Direito Eleitoral; O Direito Eleitoral como elo entre a Democracia e a Representação Política; Os Princípios Constitucionais Estruturantes do Direito Eleitoral; O Peso dos Princípios dentro da Seara do Direito; Princípios Constitucionais Estruturantes; O Princípio da Anualidade; Inelegibilidades; Inelegibilidade Própria e Imprópria; Inelegibilidade Inata; Inelegibilidade Cominada; Inelegibilidade de Natureza não Eleitoral; Das Nulidades no Direito Eleitoral; A Justiça Eleitoral e o Direito Eleitoral; Competências da Justiça Eleitoral; As Atribuições da Justiça Eleitoral; Função Jurisdicional; Função Administrativa; Função Consultiva; Função Normativa; Conceito e Competências Do Tribunal Superior Eleitoral ? TSE; Conceitos e Competências dos Tribunais Regionais Eleitorais ? TER; Juízes Eleitorais: Origens e Competências; Os Conceitos e as Competências das Juntas Eleitorais; O Ministério Público Eleitoral; A Polícia Judiciária Eleitoral; Os Sistemas Eleitorais; O Sistema Majoritário; O Sistema Proporcional; O Sistema Misto; Os Direitos Políticos-Partidários; A Soberania Nacional; O Regime Democrático; O Pluripartidarismo; Os Direitos Fundamentais da Pessoa Humana; O Código e as Leis Eleitorais; As Leis das Eleições.

OBJETIVO GERAL

Diferenciar a introdução aos estudos acerca do direito eleitoral, sua organização, sistemas e o Código eleitoral no Brasil.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Conhecer o direito eleitoral como elo entre a democracia e a representação política; Saber os princípios constitucionais estruturantes do direito eleitoral; Entender a importância da justiça eleitoral e o direito eleitoral.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO ELEITORAL, SUA ORGANIZAÇÃO, SISTEMAS E O CÓDIGO ELEITORAL NO BRASIL DIREITO ELEITORAL: Conceito e Classificação FINALIDADE E OBJETO DO

DIREITO ELEITORAL DIREITO ELEITORAL: Autonomia e relações AS FONTES DO DIREITO ELEITORAL O DIREITO ELEITORAL COMO ELO ENTRE A DEMOCRACIA E A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES DO DIREITO ELEITORAL O PESO DOS PRINCÍPIOS DENTRO DA SEARA DO DIREITO PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ESTRUTURANTES O PRINCÍPIO DA ANUALIDADE INELEGIBILIDADE INELEGIBILIDADE PRÓPRIA E IMPRÓPRIA INELEGIBILIDADE INATA INELEGIBILIDADE COMINADA INELEGIBILIDADE DE NATUREZA NÃO ELEITORAL DAS NULIDADES NO DIREITO ELEITORAL A JUSTIÇA ELEITORAL E O DIREITO ELEITORAL Competências da justiça eleitoral AS ATRIBUIÇÕES DA JUSTIÇA ELEITORAL Função jurisdicional Função administrativa Função consultiva Função normativa CONCEITO E COMPETÊNCIAS DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL - TSE CONCEITOS E COMPETÊNCIAS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS ELEITORAIS – TER JUÍZES ELEITORAIS: ORIGENS E COMPETÊNCIAS OS CONCEITOS E AS COMPETÊNCIAS DAS JUNTAS ELEITORAIS O MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL A POLÍCIA JUDICIÁRIA ELEITORAL OS SISTEMAS ELEITORAIS O SISTEMA MAJORITÁRIO O SISTEMA PROPORCIONAL O SISTEMA MISTO OS DIREITOS POLÍTICOS-PARTIDÁRIOS A SOBERANIA NACIONAL O REGIME DEMOCRÁTICO O PLURIPARTIDARISMO OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DA PESSOA HUMANA O CÓDIGO E AS LEIS ELEITORAIS AS LEIS DAS ELEIÇÕES

REFERÊNCIA BÁSICA

BOUDOUIN, Jean. Introdução à Sociologia Política. 1. ed. Lisboa: Estampa, 2000. BRASIL. Constituição República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: . Acesso em: 21 mar. 2011. CINTRA, Antônio Otávio. Presidencialismo e parlamentarismo: são importantes as instituições. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. Sistema político brasileiro: uma introdução. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer e São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei n. 9.096 de 19 de setembro de 1995. CAGLIANO, Mônica Hermann Salem. Direito Parlamentar e Direito Eleitoral. Manole, 2004. CÂNDIDO, Joel José. Direito eleitoral Brasileiro. Bauru (SP): Edipro, 2006. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 8 ed. São Paulo: LTR, 2009. FARAHT, Saldo. Dicionário parlamentar e político: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo: Melhoramentos, 1996.

PERIÓDICOS

ALMEIDA, Roberto Moreira de. Introdução ao direito eleitoral (2011). Disponível em: . Acesso em: 10 fev. 2016. AMORIM, Mônica Moreno de. O sistema eleitoral brasileiro como parâmetro de modernidade. Presidente Prudente: Faculdade de Direito de Presidente Prudente, 2011. ARAS, Augusto. Fidelidade partidária – a perda do mandato parlamentar. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;

- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

520	**Direito Penal e Processual Penal Eleitoral**	**60**

APRESENTAÇÃO

Introdução Dos Estudos Acerca Do Direito Penal E Processual Penal Eleitoral; Noções De Direito Penal E Processual Pena; As Fontes Formais E Materiais; Fontes Do Direito; Os Princípios Fundamentais Do Direito Penal; Os Crimes Eleitorais; A Classificação Dos Crimes Eleitorais Quanto À Objetividade Jurídica Das Normas Legais Eleitorais; Crimes Comuns, Não Políticos; Crimes Eleitorais Puros E Acidentais; As Características Dos Crimes Eleitorais; O Dolo; O Bem Jurídico Tutelado; Sujeição Ativa E Passiva; A Tipicidade Com Elementos Normativos; As Normas Penais Em Branco E Os Tipos Remetidos; Consumação E Tentativa; Os Crimes No Código Eleitoral; O Funcionário Público Eleitoral; As Penas Mínimas E Máximas; A Pena De Multa; Os Crimes Eleitorais Na Legislação Esparsa; Os Crimes Da Lei Nº 9.504/97; Crime Da LC Nº 64/90 ? Art. 25; Crimes Da Lei Nº 6.091/74 ? Art. 11; Crimes Eleitorais Próprios; Os Sujeitos Do Crime Eleitoral; O Processo Penal Eleitoral; Dos Procedimentos; Dos Embargos; Dos Recursos; Recursos Das Decisões Dos Juízes Eleitorais; Recursos Das Decisões Dos Tribunais Regionais Eleitorais; Dos Agravos; O Habeas Corpus E A Revisão Criminal; O STF E O Procedimento Penal Previsto No Código Eleitoral.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em Direito Penal e Processual Penal Eleitoral com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral, considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Penal Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Penal Eleitoral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Buscar o aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil de operadores do Direito Eleitoral, diferenciado, atualizado e especializado; • Contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Direito Penal E Processual Penal Eleitoral; Noções De Direito Penal E Processual Pena; As Fontes Formais E Materiais; Fontes Do Direito; Os Princípios Fundamentais Do Direito Penal; Os Crimes Eleitorais; A Classificação Dos Crimes Eleitorais Quanto À Objetividade Jurídica Das Normas Legais Eleitorais; Crimes Comuns, Não Políticos; Crimes Eleitorais Puros E Acidentais; As Características Dos Crimes Eleitorais; O Dolo; O Bem Jurídico Tutelado; Sujeição Ativa E Passiva; A Tipicidade Com Elementos Normativos; As Normas Penais Em Branco E Os Tipos Remetidos; Consumação E Tentativa; Os Crimes No Código Eleitoral; O Funcionário Público Eleitoral; As Penas Mínimas E Máximas; A Pena De Multa; Os Crimes Eleitorais Na Legislação Esparsa; Os Crimes Da Lei Nº 9.504/97; Crime Da LC Nº 64/90 – Art. 25; Crimes Da Lei Nº 6.091/74 – Art. 11; Crimes Eleitorais Próprios; Os Sujeitos Do Crime Eleitoral; O Processo Penal Eleitoral; Dos Procedimentos; Dos Embargos; Dos Recursos; Recursos Das Decisões Dos Juízes Eleitorais; Recursos Das Decisões Dos Tribunais Regionais Eleitorais; Dos Agravos; O Habeas Corpus E A Revisão Criminal; O STF E O Procedimento Penal Previsto No Código Eleitoral.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro. Código eleitoral comentado e legislação complementar. Rio de Janeiro: EJE/SAD/CADOC 2012. CÂNDIDO, Joel José. Direito Penal Eleitoral e Direito Processual Penal Eleitoral. São Paulo: Edipro, 2006. GONÇALVES, Luiz Carlos dos Santos. Crimes eleitorais e processo penal eleitoral. São Paulo: Atlas, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANTONELLI, Leonardo Pietro. Comentários aos Art. 355 a 364. In. TRE-RJ. Código eleitoral Comentado. Rio de Janeiro: EJE/SAD/CADOC, 2012. BALLEIRO, Aliomar. Constituições Brasileiras: 1891. Brasília: Senado Federal, 2001. BARRETO, Tobias. Estudos de Direito. 1. ed. São Paulo: Bookseller, 2000. BITTENCOURT, Cezar Roberto. Código Penal Comentado. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2007. _____, Cezar Roberto; CONDE, Francisco Mufioz. Teoria Geral do Delito. São Paulo: Saraiva, 2000. BRANDÃO, Cláudio. Teoria Jurídica do Crime. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001. BRASIL. Código Civil. Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002. São Paulo: Ed. Sugestões Literárias, 2002. BRASIL. Código de processo penal. 42. ed. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 55. BRASIL. Código Eleitoral. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 276. CANDIDO, Joel J. Direito Eleitoral Brasileiro. 11. ed. São Paulo: EDIPRO, 2004. CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7. ed. Coimbra: Almedina, 2003. CAPEZ,

Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. 2. ed., rev. São Paulo: Saraiva, 2001. CARDOZO, Teodomiro Noronha. Dissertação de Mestrado. Sentença Homologatória de Transação Penal: a despenalização no caso concreto. UFPE, 2005. DALLARI, Dalmo de Abreu. Elementos de Teoria Geral do Estado. 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001. DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho. 8 ed. São Paulo: LTR, 2009. Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Belo Horizonte: Forum, 2007. LOYOLA, Kheyder; NEVES, Gustavo Bregalda (orgs.). Vade Mecum esquematizado de doutrina. São Paulo: Rideel, 2011. ZÍLIO, Rodrigo López. Direito Eleitoral: noções preliminares; elegibilidade e inelegibilidade, ações eleitorais e processo eleitoral. 3 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

PERIÓDICOS

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Coletânea de Jurisprudência do TSE. Temas diversos. Disponível em: . Acesso em: 5 fev. 2016.

523	O Processo Eleitoral Brasileiro	60

APRESENTAÇÃO

Introdução Dos Estudos Acerca Do Processo Eleitoral Brasileiro; O Registro De Candidatos Para As Eleições Brasileiras; A Propaganda Partidária; A Propaganda Intrapartidária; A Propaganda Política E Eleitoral; Prazo Inicial Da Propaganda; Da Propaganda Extemporânea; Modalidades De Propaganda Eleitoral; Os Princípios E Fundamentos Relativos Ao Direito De Resposta; Análise Acerca Das Pesquisas Eleitorais; O Peso Das Pesquisas Eleitorais; Contas, Informações E Influências; Interpretação; Mercado E Política; A Arrecadação E A Prestação De Contas Das Campanhas Eleitorais; A Arrecadação Recursos Para As campanhas Eleitorais; Da Prestação De Contas; O Processo Eleitoral Como Instrumento Para A Democracia; O Modelo De Democracia Constitucional No Brasil; O Processo Eleitoral E A Democracia No Brasil; Sistema Eleitoral E Democracia; Os Modelos De Sistema Eleitoral; Democracia, Constituição E Eleições: O Momento Brasileiro.

OBJETIVO GERAL

• Especializar em Processo Eleitoral Brasileiro com o objetivo de desenvolvimento da ciência jurídica e interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área eleitoral, considerando os aspectos constitucionais da legislação eleitoral, bem como, propiciando sólidos conhecimentos conceituais e práticos na área do Direito Eleitoral buscando a formação, a atualização e aperfeiçoamento de profissionais da área, formando Especialistas em Direito Eleitoral.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Inserir os conhecimentos teóricos do Direito Eleitoral em um contexto prático e complementar à formação dos alunos; • Buscar o aperfeiçoamento e a formação de um novo perfil de operadores do Direito Eleitoral, diferenciado, atualizado e especializado; • Contribuir com a transformação cultural e a construção de um novo modelo de aplicação e interpretação do Direito Eleitoral, por meio da construção de uma nova mentalidade profissional e técnica, mais dinâmica, flexível e atualizada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O Processo Eleitoral Brasileiro; O Registro De Candidatos Para As Eleições Brasileiras; A Propaganda Partidária; A Propaganda Intrapartidária; A Propaganda Política E Eleitoral; Prazo Inicial Da Propaganda; Da Propaganda Extemporânea; Modalidades De Propaganda Eleitoral; Os Princípios E Fundamentos Relativos Ao Direito De Resposta; Análise Acerca Das Pesquisas Eleitorais; O Peso Das Pesquisas Eleitorais; Contas, Informações E Influências; Interpretação; Mercado E Política; A Arrecadação E A Prestação De Contas Das Campanhas Eleitorais; A Arrecadação Recursos Para As campanhas Eleitorais; Da Prestação De Contas; O Processo Eleitoral Como Instrumento Para A Democracia; O Modelo De Democracia Constitucional No Brasil; O Processo Eleitoral E A Democracia No Brasil; Sistema Eleitoral E Democracia; Os Modelos De Sistema Eleitoral; Democracia, Constituição E Eleições: O Momento Brasileiro.

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Lei n. 9.504 de 30 de setembro de 1997. Estabelece normas para as eleições. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Tribunal Superior Eleitoral. Código eleitoral anotado e legislação complementar. 10 ed. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, Secretaria de Gestão da Informação, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Lei n. 9.096 de 19 de setembro de 1995. Dispõe sobre partidos políticos, regulamenta os arts. 17 e 14, § 3°, inciso V, da Constituição Federal. GOMES, José Jairo. Direito Eleitoral. São Paulo: Atlas, 2011. ZÍLIO, Rodrigo López. Direito eleitoral: noções preliminares, elegibilidade e inelegibilidade; ações eleitorais; processo eleitoral. 3 ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Roberto; CUNHA, Sérgio Sérvulo da. Manual das Eleições. São Paulo: Saraiva, 2006. CÂNDIDO, Joel José. Direito Eleitoral Brasileiro. Bauru (SP): Edipro, 2006. CONEGLIAN, Olivar. Propaganda eleitoral: de acordo com o Código Eleitoral e com a lei 9.504/97, modificada pelas leis 9.840/99, 10.408/02, 10.740/03, 11.300/06 e 12.034/09. 10. ed. rev. e atual. Curitiba: Juruá, 2010. COSTA, Adriano Soares da. Instituições de direito eleitoral. 7 ed. rev. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. DANTAS, Edmundo Brandão. Marketing político: técnicas e gestão no contexto brasileiro. São Paulo: Atlas, 2010. XIII. LIMA, Sídia Maria Porto de. Prestação de contas e financiamento de campanhas eleitorais. 2 ed. Curitiba: Juruá, 2009. LINS, Newton. Propaganda eleitoral: comentários jurídicos. 2 ed. Brasília: Brasília Jurídica, 2006. MIRANDA, Sérgia. Propaganda eleitoral: doutrina, comentários à Resolução 21.610/2004 do TSE, Jurisprudência. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2004. PINTO, Djalma. Direito Eleitoral – Anotações e temas polêmicos. 2 ed., Rio de Janeiro: Forense, 2000. _____. Direito Eleitoral - Improbidade Administrativa e Responsabilidade Fiscal. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006. RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. Dicionário de comunicação. 3. ed. nova ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Campus, c2002. RAMAYANA, Marcos. Direito eleitoral. 11 ed., rev., ampl. e atual. com a Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010 (Lei da Ficha Limpa). Niterói: Impetus, 2011. [xvii]. SILVA, Antônio Hélio. Considerações sobre o processo eleitoral brasileiro de seus procedimentos. Belo Horizonte: TRE-MG, 2004. SILVA, Luciano Olavo da. Direito Eleitoral: manual objetivo para provas e concursos. Curitiba: Juruá, 2012.

PERIÓDICOS

TSE. Marketing e propaganda eleitoral – bibliografia selecionada. Brasília: TSE, 2012. Disponível em: . Acesso em: 12 fev. 2016. _____. Resolução n. 21.841, de 22 de junho de 2004. Disciplina a prestação de contas dos partidos políticos e a tomada de contas especial.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos bacharéis em Direito, advogados, magistrados e profissionais que exerçam atividades relacionadas à área do Direito Eleitoral.